



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

6ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293631-8  
COMARCA: 2ª VARA CÍVEL DE CARUARU  
APELANTE: EMPRESA BAHIA LTDA  
APELADO: PATRÍCIA PESSOA DE LIMA  
RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS – PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA, DENUNCIAÇÃO DA LIDE E FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA - MÉRITO – SINISTRO – IMPRUDÊNCIA DO CONDUTOR DO ÔNIBUS – DANOS MORAIS E MATERIAIS EVIDENCIADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO REDUZIDO – APELO PARCIALMENTE PROVIDO - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293631-8, em que figuram como parte Apelante EMPRESA BAHIA LTDA e como parte Apelada PATRÍCIA PESSOA DE LIMA, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: *“Por unanimidade, rejeitou-se a preliminar de cerceamento de defesa. Por unanimidade, rejeitou-se a preliminar de denunciação da lide. Por unanimidade, rejeitou-se a preliminar de falta de fundamentação da sentença. Mérito: por unanimidade, deu-se provimento parcial à apelação, nos termos do voto do Relator”*. Tudo de acordo com o relatório, os votos, e o termo de julgamento, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife 26 de setembro de 2013.

  
Des. José Carlos Patriota Malta  
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293631-8**

**APELANTE: EMPRESA BAHIA LTDA**

**ADV: ANTÔNIO FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR PE014536**

**APELADO: PATRÍCIA PESSOA DE LIMA**

**ADV: EMANOEL GERMANO PESSOA DA SILVA PE022433**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais.

**Sentença Recorrida:** A Decisão de fls. 75/78, julgou parcialmente procedente a pretensão autoral, para condenar a ré/apelante ao pagamento do valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a título de indenização por danos morais, corrigidos monetariamente pela tabela ENCOGE do TJPE, a partir desta decisão, e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, a partir da data do evento danoso, até sua efetiva satisfação, bem como ao pagamento de indenização pelos danos materiais nos valores indicados às fls. 39/45, 46, 47, 48 e 49. Extinguiu o processo com resolução do mérito, a teor do artigo 269, I, do CPC. Em face da sucumbência recíproca, sem condenação no ônus sucumbencial.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada, alternativamente, requer a redução do valor atribuído a título de danos morais por entendê-los exacerbados (fls. 93/110).

**Razões recursais:** Preliminarmente ao mérito alega a existência do cerceamento ao seu direito de defesa, uma vez que denunciou à lide o condutor da motocicleta, pedido que restou ignorado pelo magistrado de piso e ainda acerca da nulidade da decisão, tendo-se em conta que o julgamento antecipado da lide ocorreu sem o necessário saneamento do processo. Ainda em sede de preliminar argumenta que a sentença encontra-se em descompasso com o elencado pelo teor do art. 458, I, II, e III, do CPC, qual seja, desprovida de motivação. No mérito, alega que o condutor do ônibus não agiu imprudentemente, tendo ocorrido o sinistro em virtude de imprudência do condutor da motocicleta que tentou ultrapassar o ônibus pela direita. De forma alternativa, pleiteia a redução do quantum estabelecido a título de danos morais e que inexistem notas fiscais relativas aos danos patrimoniais concedidos pelo Juízo de piso.

**Contra-razões:** Contra-razões às fls. 114/117, requerendo o desprovimento da Apelação e a manutenção da sentença.

**É o relatório.**

**À douta revisão.**

Recife *de 02* de 2013.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



**Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293631-8**

**APELANTE: EMPRESA BAHIA LTDA**

**ADV: ANTÔNIO FRANCISCO DA SILVA JÚNIOR PE014536**

**APELADO: PATRÍCIA PESSOA DE LIMA**

**ADV: EMANOEL GERMANO PESSOA DA SILVA PE022433**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO DO RELATOR**

**PRELIMINARES:**

**CERCEAMENTO DE DEFESA**

No tocante à preliminar de cerceamento de defesa, entendo que não existiu qualquer cerceamento à defesa do apelante, vez que as provas destinam-se a formar o convencimento do juiz e, estando este convencido da solução a ser dada ao caso, dispensa-se a dilação probatória.

É cediço que o processo civil brasileiro adotou como sistema de valoração das provas o da persuasão racional, também chamado sistema do livre convencimento motivado, segundo o qual o magistrado é livre para formar seu convencimento desde que baseado nos elementos constantes dos autos.

Na hipótese, o julgamento antecipado, ao meu sentir, foi oportuno e adequado, vez que constam nos autos todos os dados (fáticos e jurídicos) necessários ao julgamento da lide.

**DENUNCIÇÃO DA LIDE**

Da mesma forma delineada pelo magistrado singular, entendo que o pedido de denúncia da lide, nos termos do art. 70, III, do CPC, é descabido, uma vez que é necessário que o litisdenunciado esteja obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar a parte autora, em ação regressiva, o que não ocorre na hipótese.

**FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA:**

Acerca da presente preliminar, julgando a preliminar de nulidade da sentença, por suposta falta de motivação, entendo que o regramento constitucional o qual determina a fundamentação de todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário (art. 93, IX), não impõe ao juiz a apreciação



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

minuciosa de todos os argumentos deduzidos pelas partes, pelo contrário, exige fundamentação suficiente, com fundamentos idôneos a sustentarem a decisão.

In casu, os argumentos da ré/apelante, com seus respectivos dispositivos legais, foram devidamente analisados não havendo falar-se, portanto, em anulação da sentença recorrida estando a sentença composta pela fundamentação e pelo dispositivo, nos termos dos incs. II e III do art. 458 do CPC. /

**MÉRITO:**

Da mesma forma que o ilustre magistrado *a quo*, entendo que as provas acostadas aos autos, quais sejam, o exame em local de ocorrência de trânsito (fls. 12/16) e o boletim de ocorrência (fls. 37/38) são por demais suficientes para comprovar a imprudência do condutor do ônibus de propriedade da apelante, uma vez que foi causa determinante do acidente a interceptação de trajetória cometida pelo condutor do ônibus em relação à motocicleta, ao realizar manobra à direita, conforme exposto no corpo do laudo pericial acostado aos autos.

Assim, bem definida a culpa do preposto da apelante, e inexistindo nos autos qualquer causa que exima a empresa de responder pelos danos causados, era de rigor o acolhimento da pretensão indenizatória.

No tocante à reparação do sinistro, observo que os danos materiais restaram devidamente comprovados, como se percebe pela leitura das fls. 39/45, 46, 47, 48 e 49, tendo sido, ao meu sentir acertada e adequada a decisão combatida.

No que tange aos danos morais, não há dúvidas de que, diante do quadro apresentado (perícia traumatológica nº 3039/10- fls. 32/36), experimentou a autora profundo padecimento pela situação (luxação exposta dos ossos do tornozelo esquerdo associado a grave comprometimento das condições da pele de todo o membro inferior esquerdo, restando impossibilitada para as atividades habituais por 120 dias).

Não se discute aqui que o valor da indenização deva servir como desestímulo ao autor da ação lesiva, tendo por base o abalo psicológico e moral provocado em casos tais. No entanto, de outro lado, não pode representar um meio de enriquecimento por parte da vítima, havendo ainda de ser compatível com a extensão do dano experimentado e com o que o Egrégio Tribunal vem decidindo em casos semelhantes.

Contudo, entendo que o valor da indenização pelo abalo moral, fixado em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) situa-se em patamar excessivo, sendo perfeitamente razoável reduzi-lo, consideradas as circunstâncias fáticas do caso presente.



**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**6ª. Câmara Cível**  
**Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta**

Entendo, então, que o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) é razoável e atende os parâmetros habituais para o arbitramento da indenização do dano moral no caso presente.

Assim, por conta dessa soma de razões, VOTO PARA DAR PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO, apenas para reduzir o quantum indenizatório a título de danos morais para o patamar de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), mantendo-se no mais a sentença atacada, por seus próprios fundamentos.

É COMO VOTO. - Reciji, 24/08/2013.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0293631-8**

**APELANTE: EMPRESA BAHIA LTDA**

**APELADO: PATRÍCIA PESSOA DE LIMA**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**REV. SUBSTITUTO: JUÍZA MARIA AURI ALEXANDRE RIBEIRO**

**VOTO-REVISÃO**

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

**É COMO VOTO.**

Recife, 24.09.2013..

  
Juíza Maria Auri Alexandre Ribeiro  
**Revisora substituta**